

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – PÓLO

A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO CONTEXTO
EDUCACIONAL ATUAL E AS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, UMA REVISÃO
BIBLIOGRÁFICA.

João Hilário Vieira

Formosa-GO – 2017.

A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO CONTEXTO
EDUCACIONAL ATUAL E AS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, UMA REVISÃO
BIBLIOGRÁFICA.

João Hilário Vieira

**Monografia apresentada como requisito
final para aprovação na disciplina
Trabalho de Conclusão de Curso I do
Curso de Licenciatura em Educação
Física do Programa UAB da Universidade
de Brasília – Pólo - Buritis-MG.**

Professor: Tiago Russomano

Sumário

1 – INTRODUÇÃO	04
2 – OBJETIVOS.....	05
2.1 – OBJETIVO GERAL.....	05
2.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS	05
3 - REVISÃO DE LITERATURA.....	06
4 - METODOLOGIA DA PESQUISA.....	14
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
6 - REFERÊNCIAS.....	18

INTRODUÇÃO

A questão da perspectiva acerca da educação inclusiva é relevante e as reflexões sobre os pressupostos teóricos que orientam a mesma devem ser conhecidos, já que a inclusão além de ser um assunto de grande relevância social, exige tal conhecimento para que seja posto em prática e atenda as parcelas da população que fazem jus ao processo de inclusão.

Inicialmente foram encontradas diversas dificuldades que faziam com que o trabalho da inclusão fosse incompleto, não satisfatório, irregular e que deixasse mais a desejar para os que dele necessitavam. Sempre foi tudo muito diferente e em função do preconceito e da falta de conhecimento, ocorria discriminação e a exclusão desse tipo de público porque o mesmo, para a sociedade, oferecia ameaça, o que se sabe hoje não ser verdade.

Ainda acontece atualmente na sociedade uma adaptação no que diz respeito tanto às necessidades dos alunos, quanto da formação de educadores e gestores em atender com qualidade a demanda de alunos especiais que frequentam as escolas a cada dia. Sem contar que o ambiente educacional e toda a estrutura da sociedade precisam ser modificados para atender tais alunos.

Houve por parte de muitas pessoas a rotulação sobre quem tinha algum tipo de deficiência, talvez por ignorância ou por conta de uma cultura, pois, quem tinha uma pessoa assim na família não se sentia muito à vontade em apresentar à sociedade, e esses viviam mais ocultos em casa e tinham uma vida social quase na completa invisibilidade. Mas a sociedade e as pessoas mudaram de pensamento e atualmente os deficientes são tratados com mais naturalidade, e ter um membro familiar especial, hoje ao contrário do passado, todos até se orgulham e tratam com amor e carinho os mesmos, exigindo o mesmo de outras pessoas.

Talvez o que tenha ficado esquecido tenha sido o valor da pessoa, e o respeito que todas merecem sem contar a humanidade que é constituída em dignidade e personalidade, passível de erros e de necessidades variadas. Embora ainda vivamos períodos de intolerância e desrespeito o que vem sendo

almejado é a mudança desse pensamento retrogrado e antiquado que não deve mais fazer parte de uma sociedade que tanto desejamos.

A Carta Magna (apud Mantoan, 2006) cita que :

Nossa constituição Federal de 1988 respalda os que propõem avanços significativos para a educação escolar de pessoas com deficiência, ao eleger como fundamentos da república a cidadania e a dignidade da pessoa humana (artigo 1º, inciso II e III) e como um dos seus objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (artigo 3º, inciso IV). Ela garante ainda o direito de todos à educação, direito esse que deve visar ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho. (MANTOAN, 2006, p.26)

Daí decorre um acontecimento que marca nossa história e traz a abertura de horizontes mais promissores e também a oportunidade que muitos necessitam e esperam, com a Declaração de Salamanca (qual ano da declaração?), que vem dar

Outro alvo que tem contemplado as escolas atualmente são os alunos com altas habilidades, que também precisam de inclusão e nesse caso suas características se diferem bastante daqueles que mesmo em pouco número nas escolas, mas eram mais conhecidos e já se situavam mais ou menos dentro do contexto escolar.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Identificar relação entre o conhecimento acerca do tema sobre a inclusão do aluno nas aulas de Educação Física, e a forma como se dá essa inclusão e a contribuição para a aprendizagem infantil.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Reconhecer a importância da inclusão nas aulas de educação física na escola regular;

Buscar compreender a totalidade da inclusão e seus benefícios para a qualidade de vida nas as aulas de Educação Física.

REVISÃO DE LITERATURA

Ao realizar a análise dos livros escolhidos para a complementação do conteúdo desta pesquisa é possível entender que sobre o período histórico da Educação Inclusiva no Brasil, pode se notar que tudo começou a acontecer entre o século XVII e XVIII, e que a partir daí começam a serem postas em evidência as práticas dessa etapa. São evidenciadas as teorias sobre a temática e começam a ter mais corpo às práticas de inserção social, mesmo diante de tanta discriminação.

Pois nessa época havia ainda muita incompreensão acerca da inclusão e talvez, pior ainda, havia muita negação em relação à possibilidade de uma pessoa com algum tipo de deficiência poder ir à escola normalmente, ou frequentar os mesmo locais sociais que os demais.

Todos excluía a família, a sociedade, a escola e às vezes a própria pessoa se achava indigna de ser social, “na antiguidade as pessoas com deficiência mental, física e sensorial eram apresentadas como aleijadas, mal constituídas, débeis, anormais ou deformadas” (BRASIL, 2001, p.25).

Ainda no decorrer dessa historia algumas concepções começam mesmo devagar, a evoluir, e “conforme as crenças, valores culturais, concepção de homem e transformações sociais que ocorreram nos diferentes momentos históricos” (BRASIL, 2001, p.25).

Conforme esclarece JANNUZZI (2004, p. 34):

A partir de 1930, a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência: a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando à peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular, outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas, há surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e outros de reabilitação.

Diante desse contexto, mas em outro tempo já no século XX, alguns movimentos começam a propor e a aprofundar a problematização acerca das práticas educacionais que deveriam ajudar, incluir, modificar a vida, acabar com a discriminação das pessoas com algum tipo de deficiência, transtorno ou dificuldade.

A inclusão é um processo gradativo, que requer dedicação, envolvimento e ação pedagógica eficiente. Os profissionais que integram a área educacional

precisam se fundamentais em teorias seguras e adequá-las de maneira eficaz na prática, haja vista que tais procedimentos sejam fundamentais para a solidificação do ensino.

A instituição escolar tem liberdade para organizar-se administrativamente conforme suas condições humanas e técnicas. Transformando-se num ambiente que proporcione a participação e interação entre alunos e professores, uma vez que, a educação inclusiva requer de uma maneira especial, estratégias que incentivem os alunos, estimulando-os pelo prazer e curiosidade pelo saber, criando assim uma participação interativa na sala de aula, em busca da construção partilhada e negociada do conhecimento.

A Declaração de Salamanca (1994, p. 6) explicita:

As escolas devem ajustar a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Neste conceito, terão de incluírem-se crianças com deficiência ou sobre dotados, crianças da rua ou crianças que trabalham crianças de populações remotas ou nómadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais.

Contudo a maior, ou das maiores e melhores reformas que podiam acontecer para a pessoa, para a educação, foi a questão da inclusão de das novas formas de atender as pessoas com deficiência, ofertando-lhes mais qualidade de vida pessoal, social e profissional.

Com toda a busca por terem garantidos os seus direitos GOFFREDO (1999, p. 31) acrescenta:

Frente a esse novo paradigma educativo, a escola deve ser definida como uma instituição social que tem por obrigação atender todas as crianças, sem exceção. A escola deve ser aberta, pluralista, democrática e de qualidade. Portanto, deve manter as suas portas abertas às pessoas com necessidades educativas especiais.

A escola é um lugar especial porque acontece a educação e deve também acontecer a inclusão, a interação, a formação de bons cidadãos com criticidade e conhecimento de sua obrigação social enquanto ser capaz e crítico, que possa modificar sua própria realidade.

Sobre essa inclusão e como ocorrer a Declaração de Salamanca manifesta:

Devem ser disponibilizados recursos para garantir a formação dos professores de ensino regular que atendem alunos com necessidades especiais, para apoiar centros de recursos e para os professores de educação especial ou de apoio. Também é necessário assegurar as ajudas técnicas indispensáveis para garantir o sucesso de um sistema de educação integrada, cujas estratégias devem, portanto, estar ligadas ao desenvolvimento dos serviços de apoio a nível central e intermédio. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 42)

Pode ser acrescentado ainda a essa ênfase que:

O desenvolvimento das escolas inclusivas, enquanto meio mais eficaz de atingir a educação para todos, deve ser reconhecido como uma política chave dos governos e ocupar um lugar de destaque na agenda do desenvolvimento das nações. É unicamente desta forma que se poderão obter os recursos necessários, pois as mudanças de política e as prioridades não podem ser efetivas a não ser que se disponibilizem esses mesmos recursos. É preciso um compromisso político, tanto a nível nacional como comunitário, para obter os recursos adicionais e para reorientar os já existentes. Embora as comunidades tenham de representar um papel chave no desenvolvimento das escolas inclusivas é igualmente essencial o suporte e encorajamento dos governos para se conseguirem soluções eficazes e realistas. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 41).

Para Mello (1997), deve haver um primeiro passo para a integração social e este passo se dá na escola, e seu papel não é apenas o de ensinar, mas de participar como decisiva na questão da participação e na convivência social.

A Declaração de Salamanca enfatiza em seu primeiro ponto é bastante quanto ao se refere para maior conhecimento de seu estabelecimento que, “Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembleia aqui em Salamanca. Salamanca não foi um ideal fechado para evitar dificuldades, mas uma discussão para melhoria da qualidade de vida de pessoas em diversos locais, ainda seguindo que na “Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação”.

Essa educação é pensada de maneira a atingir todas as etapas da vida, assim, “para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e reendossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados.” Tudo isso tendo me

vista que a pessoa deficiente seja tratada com o devido respeito e profissionalismo

A educação especial vem a ser uma forma de manter um nível mais igualitário entre alunos de diversas apresentações de deficiências e síndromes e transtornos, pois os mesmos merecem ser tratados com atenção e profissionalismo como são tratados os alunos “normais” nas escolas públicas nas varias series do Ensino Fundamental. Esta inclusão tem amparo legal o que viabiliza o trabalho dos professores em manter sempre mais qualidade em suas aulas.

No sitio do Ministério da Educação e Cultura – MEC, lemos que “A Educação Especial passa atualmente por um momento de revisão epistemológica, que se caracteriza pelo movimento da Educação Inclusiva.” Ainda segundo o sitio do MEC este movimento é consequência de mudanças ocorridas nas atitudes sociais que foram se estabelecendo ao longo da história, com relação ao tratamento dado às pessoas com deficiência.

Sabe-se que não se pode falar em Educação Especial, Inclusão, Integração ou sobre qualquer tema educacional sem ao menos pensar na situação da vida dos deficientes e nesse caso dos deficientes físicos. As informações a cerca do tratamento dado aos alunos com deficiência física são poucos, mas as mesmas se encontram sempre disponíveis aos que a elas quiserem ter acesso.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu artigo 1º diz que:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996)

Assim, todas as crianças, independente de sua situação tem que participar da vida escolar, pois esses processos formativos dão ênfase a pessoa poder desenvolver-se e ter condições de levar uma vida digna e com equidade.

Ainda de acordo com a LDB em seu artigo 58º fomenta que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.(BRASIL, 1996)

Daí, se a escola tem que apoio legal, e meios de oferecer um ensino de qualidade aos alunos com deficiência fica mais fácil realizar um trabalho com qualidade e possibilidades de desenvolvimento pessoal e social.

Diante do aparato legal como é o caso de Salamanca, a Educação Inclusiva pode transcorrer em ritmo de sucesso, dando as garantias necessárias aos educandos de modo geral, o que vem a viabilizar sua aprendizagem e seu pleno desenvolvimento pessoal, social e intelectual.

Tendo como base esses aspectos legais cabe aos professores atuar de forma responsável e com a certeza que sua atuação fará o bem aos alunos pequenos ou não que ele puder atingir de forma construtiva e positiva, dando a eles a chance de estabelecer para si e para sua vida metas que eles mesmos podem alcançar, depois de terem frequentado a escola e passado por um profissional capacitado e devidamente preparado para fazer o melhor em sua vida.

Uma educação de qualidade para todos contende-se, entre outros fatores, a atribuição de novas dimensões da escola no que consiste não somente na aceitação, como também na valorização das diferenças, resgatando os valores culturais e o respeito do aprender e construir, conforme define a Declaração de Salamanca (1994, p. 8-9):

As crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar, elas constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos.

Todas as pessoas têm direitos e deveres, e com as pessoas deficientes, não podem ser diferentes, "as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve se adaptar às necessidades das crianças ao invés de se adaptar a criança a assunções preconcebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem" (BRASIL, 1994, p. 4).

Para Sassaki (1997, p. 41) inclusão é:

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

A educação na vida de um indivíduo tem relevância profunda, visto que sua capacidade, sua potencialidade e suas habilidades e competências podem ser mais exaltadas quando na escola a criança participa de jogos, projetos, aulas expositivas, seminários e demais atividades que ajudam a elevar sua autoestima e seu gosto por aprender e por poder colocar em prática de forma efetiva todo esse aprendizado de modo contextualizado com sua realidade social e assim, assumir papéis antes impossibilitados por não ter o devido conhecimento para tal feito. Para o autor Ferreira (2005, p. 44), envolve:

Uma filosofia que valoriza diversidade de força, habilidades e necessidades [do ser humano] como natural e desejável, trazendo para cada comunidade a oportunidade de responder de forma que conduza à aprendizagem e do crescimento da comunidade como um todo, e dando a cada membro desta comunidade um papel de valor.

Mesmo, com todos os esforços em ver garantidos os direitos da criança, do aluno deficiente poder como qualquer outra criança, frequentar a escola regular, essa integração passa por diversas barreiras, por diversos caminhos obscuros. Afirma Oliveira que:

Com efeito, o contato que passamos a ter com outras formas de pensar e agir, nos coloca frente a mudanças e alterações na constituição da sociedade, implicando em mudanças também na constituição psíquica do homem. A educação inclusiva levará a transformação da representação da criança e do jovem sobre a necessidade especial, pois educando e crescendo junto aos “diferentes”, compreenderá a heterogeneidade, já que o trabalho é sempre voltado para a homogeneidade. Para nada se leva em conta à diversidade humana, esta é o eixo ético do ser humano, é difícil falar de ética com alguém totalmente diferente de você. E esta vivência acredita-se que a escola tem que propiciar ao cidadão, senão não é escola (OLIVEIRA, 2002, p.1).

A qualidade da educação se dá na consequente atuação da escola regular que oferta esse ensino com prazer e com a certeza de estar fazendo o que é melhor para toda a sociedade. Mitler (2003, p. 25):

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola.

A dinâmica da se resume em “cooperação/solidariedade, respeito às diferenças, comunidade, valorização das diferenças, melhora para todos, pesquisa reflexiva” (SANCHEZ, 2005, p. 17). A troca de experiências favorece a efetivação de valores que fazem da pessoa uma pessoa melhor a cada dia. Acerca da lei pode-se dizer que o uso dela em todas as atribuições dá a garantia de poder ser prestado um serviço com a máxima qualidade a estas crianças que buscam ter sua realidade modificada quando em sala aguardam aprender e desenvolver-se melhor.

Em geral quando participamos do estágio supervisionado nas escolas públicas, é fácil perceber que estas escolas ofertam com a máxima qualidade a educação inclusiva, com profissionais capacitados, com salas de recursos bem equipadas, espaço apropriado e atividades específicas para atender aos alunos com esta demanda em particular.

A inclusão funciona de uma forma bem simples e bem organizada e orientada para que seja efetiva e concreta para o aprendizado dos alunos especiais. Um trabalho sério e com uma realização digna de aplausos. Pois ali verifica-se o que não pode ser constatado nas escolas particulares por exemplo, em geral se elas tem algum aluno com necessidade especial, ele tem que conviver com os colegas sem apoio como nas escolas públicas que tem uma monitoria específica para estes, onde há acompanhamento personalizado a cada aluno com atividades dirigidas a estes quando necessário e fora da sala de aula, que são momentos de acompanhamento individual para este aluno.

A Educação Física e a Inclusão

A inclusão pode ser entendida de diversas maneiras, na escola na sociedade, no mundo do trabalho, nas palavras de Sassaki (1997), ele cita sobre

inclusão social que é tida como, processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. (SASSAKI, 1997, p.41)

Essa inclusão eleva o sentido do conceito de inclusão escolar. Pois se não há inclusão nas esferas de modo geral, não haverá como acontecer em todos os âmbitos sociais e em especial, na escola.

A educação física vem se desenvolvendo a cada dia tanto no campo acadêmico como no científico. Ainda são muitos os professores que não aceitam a ideia da inclusão porque não se sentem preparados para receber tais alunos. Embora haja professores com a função de educar, mas que se encontram perdidos e amedrontados por essa “nova” visão educacional, na qual a nota não é o mais importante.

De acordo com Rodrigues existem várias razões pelas quais a Educação Física pode propiciar de forma adjuvante a construção da educação inclusiva. Sendo assim, em Educação Física os conteúdos ministrados apresentam um grau de determinação e rigidez menor do que outras disciplinas. Assim, aparentemente a Educação Física seria uma área curricular mais facilmente inclusiva devido à flexibilidade inerente aos seus conteúdos o que conduziria a uma maior facilidade de diferenciação curricular. E ainda, os professores de Educação Física são vistos como profissionais que desenvolvem atitudes mais positivas face aos alunos que os restantes professores. Talvez devido aos aspectos fortemente expressivos da disciplina, os professores são conotados como profissionais com atitudes mais favoráveis à inclusão e que conseqüentemente levantam menos problemas e encontram soluções mais facilmente para casos difíceis. E, a Educação Física é julgada uma área importante de inclusão dado que permite uma ampla participação mesmo de alunos que evidenciam dificuldades. Ainda que conscientes das diferentes aptidões específicas de cada um, entende-se Educação física e inclusão: a experiência que a Educação Física é capaz de suscitar uma

participação e um grau de satisfação elevado de alunos com níveis de desempenho muito diferentes (RODRIGUES, 2000, p. 5-6).

A implantação de escolas inclusivas não deve ser feita de forma isolada, ou seja, não apenas o professor de educação física deve fazer essa inclusão, mas todos que estão na escola desde pessoa da limpeza, professores, alunos, coordenadores, diretor, todos devem propor a inclusão. Afinal a proposta inclusiva não é somente acrescentar alguém na sala de aula é ter professores qualificados para realizar as atividades com esses alunos. Inclusão é em primeiro lugar garantir ao aluno a cidadania.

O objetivo da educação física escolar é formar crianças cognitivas, afetivas e sociais, onde a atividades físicas é muito importante para que as crianças leve uma vida saudável. Dessa forma, a educação deve ser levada a sério e não como aquele pensamento bobo que o objetivo da educação física é apenas jogos e brincadeiras, afinal ela vai ajudar a criança a desenvolver motricidade, ajudar ela a levar uma vida saudável, corpo e ainda trabalha o raciocínio lógico.

Assim, todos os alunos têm direito a frequentar a escola seja ele um deficiente ou um aluno “normal”, não é porque o aluno é deficiente que ele não é capaz de aprender, ele tem apenas limitações, mas com um pouco de paciência é capaz de aprender. Diante desse contexto, a educação física é a disciplina que mais possibilita a inclusão, por que a maioria das atividades é desenvolvida em grupo, sendo assim o professor tem a oportunidade de envolver todos, tanto o com deficiência quanto o dito normal.

A função do professor de educação física é de fundamental importância para a prática pedagógica afinal ele tem a função de desenvolver hábitos saudáveis para a vida dos alunos, quando esses hábitos são bem trabalhados tanto na escola quanto em casa essa criança vai levar para a sua vida toda e futuramente vai passar para os seus filhos.

Ainda conforme Rodrigues (2003),

A Educação Física seria uma área curricular mais facilmente inclusiva devido à flexibilidade inerente aos seus conteúdos o que conduziria a uma maior facilidade de diferenciação curricular. A Educação Física é

julgada uma área importante de inclusão dado que permite uma ampla participação mesmo de alunos que evidenciam dificuldades (p.77-78).

Rodrigues (2003) destaca que, já que a Educação Física permite uma ampla participação de alunos que demonstrem ter dificuldades, “mesmo tendo-se consciência das diferentes aptidões específicas de cada um, é capaz de suscitar uma participação e um grau de satisfação elevada de alunos com níveis de desempenho muito diferentes.” (RODRIGUES, 2003, p.70)

METODOLOGIA

Nesta etapa sara feita a descrição dos procedimentos metodológicos para esta pesquisa, dando destaque ao tipo de pesquisa utilizada, local de análise e observação, sujeito da pesquisa e a técnica de coleta de dados utilizada para este projeto de pesquisa.

Tipo de Pesquisa – Quanto à Abordagem, aos Fins e aos Meios

Será realizada uma pesquisa bibliográfica onde foi buscado conhecer mais sobre a temática em livros, artigos, sites e periódicos sobre o assunto podendo estabelecer metas a novos conhecimentos sobre o mesmo. De acordo com Gil, “pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados.” (GIL, 1994, p. 72-73)

Sabe-se que esta pesquisa traz a análise de dados descritivos por meio de identificação teórica e a relação que os autores fazem quanto ao tempo proposto.

Para este estudo, os dados recolhidos são apenas descritivos, com base na escolha do tipo de pesquisa.

A pesquisa quanto aos fins é descritiva, pois investiga a relevância do tema escolhido no contexto escolar atual.

Quanto aos meios o estudo proporciona maior conhecimento teórico e enfatiza a fala de autores relacionados ao tema Inclusão.

Análise e Observação do Sujeito da Pesquisa

O desenvolvimento desta pesquisa se dará na biblioteca das Faculdades lesgo, com os livros que foram adquiridos via internet e dos artigos para complementar o mesmo.

Assim sendo para que a Inclusão seja de fato parte da vida cotidiana escolar é necessário que "o programa deve conter desafios a todos os alunos, permitir a participação de todos, respeitar suas limitações, promover autonomia e enfatizar o potencial no domínio motor". (PEDRINELLI, 1994, p. 69) Com isso a autora destaca o papel do educador em selecionar as atividades, tendo em vista melhorar o comprometimento motor, idade cronológica e desenvolvimento intelectual dos estudantes

Técnicas de coletas de dados

Este estudo será efetivado em apenas uma etapa de leitura inicial feita a pesquisa bibliográfica e documental, sem a participação de membros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se elaborar uma hipótese em busca de respostas sobre um tema, sabe-se que os conhecimentos supõem uma gênese que devem trazer propostas que respondam as dúvidas contidas no que se pretende entender, dessa forma, pensando em como aprofundar sobre a temática proposta deu-se início a pesquisa que resulta desse trabalho para ampliar aos que já tem algum conhecimento e esclarecer aos que não sabiam sobre o mesmo. Lembrando que a educação inclusiva não esgota seu assunto, mas aqui se pretende mostrar um pouco mais sobre essa temática tão valiosa atualmente.

O estudo acerca de alunos deficientes na escola regular nos remete a conhecer que cada criança tem uma forma especial de mostrar sua dificuldade e seus anseios, em especial quando se trata de aprendizagem escolar. Na escola com o desejo de inclusão tem-se a chance de trabalhar com essas crianças e aumentar a possibilidade de sua aprendizagem e de seu pleno desenvolvimento. Daí deve haver preparo e ética.

Incluir alunos especiais nas aulas de educação física e conseguir com estas ajudar a estes a desenvolverem com mais habilidades seus movimentos, é com certeza muito gratificante e prazeroso. Assim, sabe-se que se modifica a personalidade e, não tira nem o brilho e a oportunidade de uma criança de inserir no mundo da aprendizagem de forma a ter modificada sua história de vida, já que com outros colegas vai ter a chance de trocar experiências e ampliar o convívio social o que ajuda a qualquer pessoa em todas as etapas da vida a se sentir bem e parte de uma sociedade comum.

A educação na vida de um indivíduo tem relevância profunda, visto que sua capacidade, sua potencialidade e suas habilidades e competências podem ser mais exaltadas quando na escola a criança participa de jogos, projetos, aulas expositivas, seminários e demais atividades que ajudam a elevar sua autoestima e seu gosto por aprender e por poder colocar em prática de forma efetiva todo esse aprendizado de modo contextualizado com sua realidade social e assim, assumir papéis antes impossibilitados por não ter o devido conhecimento para tal feito.

A realização da inclusão deve ser como uma perspectiva de um momento em que haverá um encontro de pessoas que poderão mutuamente aprender e superar as dificuldades e os desafios que sejam propostos a todos nesta ocasião.

REFERENCIAS

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.** MEC SEESP, 2001.

COSTA, V. B. **A Prática Social da Convivência Escolar Entre Estudantes Deficientes Visuais e seus Docentes: o estreito caminho em direção à inclusão.** 2009. **Dissertação (Mestrado em Educação)** – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

FERREIRA, Windyz B. **Educação Inclusiva: Será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos?** Revista da Educação Especial - Out/2005, Nº40.

FERREIRA, Windyz B. **Inclusão X Exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca.** In: RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Smmus, 2006.

FERREIRA, Júlio Romero. **Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras.** In: RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOFFREDO, Vera Lúcia Flor Sénéchal. **Educação: Direito de Todos os Brasileiros.**In: **Salto para o futuro: Educação Especial: Tendências atuais /** Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

JANUZZI, Gilberta de Martinho. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** Campinas. Coleção Educação Contemporânea. Autores Associados. 2004.

MITLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo : Memnon: Editora SENAC, 1997. VÁRIOS COLABORADORES.

OLIVEIRA, Flávia Fernandes de. **Dialogando sobre educação, educação física e inclusão escolar.** Revista Digital <http://www.efdeportes.com/>. Buenos Aires - Ano 8 – N ° 51 - Agosto de 2002.

PEDRINELLI, V. J. **Educação Física Adaptada: Conceituação e Terminologia.** In: **Educação Física e Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência.** Brasília: MECSEDES, SESI-DN, 1994, p. 7-10.

RODRIGUES, David. **A Educação Física perante a educação inclusiva: Reflexões e conceituais e metodológicas.** Revista de Educação Física/UEM. Maringá, v.14, n.1, p. 67-73, 1.º sem 2003.

RODRIGUES, David. **A educação física perante a educação inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas.** In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 7., 2000. Lisboa. Comunicação... Lisboa: FMH, 2000.

SANCHEZ, Pilar Arnaiz. **A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI.** Revista da Educação Especial - Out/2005, Nº 07.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: CORDE, 1994.